

IV - Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados

NOTA INTRODUTÓRIA

O Município de Valpaços tem a sua sede na rua D.^a Maria do Carmo Carmona, em Valpaços; Tem como presidente da Assembleia Municipal o Sr. João Manuel Medeiros Mateus e como presidente da Câmara Municipal o Sr. Eng.º Francisco Baptista Tavares.

As demonstrações financeiras são apresentadas em unidades de euros.

As notas que a seguir se apresentam, visam facultar um completo entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de prestação de contas exigidas no ponto 2 do POCAL, no artigo 6º do Decreto-Lei n.º 54-A/99 e na resolução n.º4/2001 do Tribunal de Contas.

As notas não incluídas neste anexo não são aplicáveis ou a sua apresentação não se considera relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Em todos os aspectos materiais, os mapas financeiros foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos no ponto 3.2. do POCAL. As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações da autarquia, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização do exercício.

No ano a que se reporta a presente análise encontra-se já implementado o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). Este diploma obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas de contabilidade:

- Orçamental;
- Patrimonial;
- Custos.

A contabilidade de custos foi implementada no exercício de 2005, imputando-se os custos do exercício a centros de custos, desmembrados segundo a classificação funcional da autarquia.

Como ainda não foi possível certificar a avaliação de todos os bens do Imobilizado Corpóreo, nomeadamente os bens do domínio público, foi opção só acrescentá-los em Balanço quando a sua certificação se encontrar definitivamente concluída e devidamente aprovada pela Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no ponto 4.1 do POCAL.

Ponto 8.2.2 - Conteúdos não comparáveis com o ano 2008

O conteúdo das contas do exercício de 2009 é comparável em todos os aspectos significativos com o do exercício anterior.

Ponto 8.2.3 - Critérios contabilísticos e valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir de registos da contabilidade efectuados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os critérios valorimétricos utilizados foram os que constam no Regulamento de Cadastro e Inventário da autarquia o qual obedece às disposições do POCAL e do CIBE - *Cadastro e Inventário dos Bens do Estado*.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

Imobilizações incorpóreas

Compreendem, nomeadamente, as despesas com a elaboração de projectos de arquitectura e revisão do PDM.

As imobilizações incorpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição e são amortizadas pelo método das quotas constantes, em duodécimos, dentro dos limites das taxas legalmente fixadas.

Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição ou construção e são amortizadas pelo método das quotas constantes, em duodécimos, tendo sido utilizadas para esse efeito as taxas previstas na Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril.

As despesas de reparação e manutenção do imobilizado sem grande relevo, são consideradas como custo no ano que ocorrem.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizadas pelo método financeiro, pelo que o correspondente valor está reconhecido no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo são registados como custos na demonstração de resultados do exercício a que respeitam. O IVA que não sendo dedutível é levado ao valor do imobilizado.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, em regime duodecimal, a taxas específicas, de acordo com a legislação em vigor - *Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril*.

Os activos corpóreos objecto de financiamento externo, quando concluídos são amortizados e o custo dessa amortização é compensado em proveitos e ganhos extraordinários pela amortização dos financiamentos (*registadas em acréscimos e diferimentos - subsídios ao investimento*).

Investimentos financeiros

São valorizados ao respectivo custo de aquisição.

Subsídios ao Investimento

Os subsídios ao investimento atribuídos a fundo perdido são contabilizados em balanço como proveitos diferidos e posteriormente são creditados em resultados extraordinários ao longo da vida útil dos bens para compensação das respectivas amortizações.

Dívidas de e a terceiros

São contabilizadas com base no seu custo histórico evidenciado no respectivo documento contabilístico.

Encargos financeiros

Os encargos financeiros considerados são os resultantes de empréstimos bancários, juros de mora e de acordos de pagamento, locação financeira, operações e serviços bancários, sendo contabilizados em resultado do exercício e não imputados ao investimento.

Ajustamento de dívidas a receber

Optou-se por proceder às anulações e reforços por cobranças duvidosas de dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de 6 meses e cujo risco de incobrabilidade está perfeitamente identificado.

O montante dos ajustamentos de dívidas a receber é determinado de acordo com a seguinte percentagem:

- 50% Para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100 % Para dívidas em mora há mais de 12 meses.

Não foram constituídos ajustamentos (provisões) para dívidas em mora inferiores a 6 meses, nem para dívidas provenientes de organismos públicos.

Férias e subsídio de férias

No final do ano 2009 a autarquia regista, em acréscimos e diferimentos - *acréscimos de custos*, o montante de encargos com férias e subsídio de férias vencidas, e respectivos encargos patronais, mas cujo pagamento só é devido em período posterior.

Pessoal ao serviço da autarquia

O número de trabalhadores ao serviço da autarquia no final de 2009 era de 221, revestindo qualquer natureza de vínculo e repartindo-se por 6 unidades orgânicas:

- Membros dos órgãos autárquicos;

- Divisão Administrativa;
- Departamento de Obras Municipais;
- Departamento de Urbanismo e Ambiente;
- Departamento de Acção Social, Educação, Cultura e Desporto;
- Divisão Financeira.

8.2.6 - Comentário à conta 43.1 «Despesas de instalação»

Constituídas por despesas de instalação relativas ao projecto de especialidades do parque de exposições e animação económica de Valpaços, pela revisão ao PDM do concelho de Valpaços, e elaboração de projecto da biblioteca municipal e do centro escolar de Valpaços.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e ajustamentos (provisões)

Activo bruto

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2009, nas rubricas do activo imobilizado constantes no balanço a 31/12/2009, podem ser observados no quadro síntese que se segue:

Rubricas		Saldo Inicial	Aumentos	Abates	Saldo Final
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	425.486,00			425.486,00
41.1	Partes de capital	425.486,00			425.486,00
42	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	16.067.259,32	2.449.459,78	119.500,84	18.397.218,26
42.1	Terrenos e recursos naturais	2.092.233,50	114.531,00		2.206.764,50
42.2	Edifícios e Outras construções	9.638.192,05	2.009.479,89		11.647.671,94
42.3	Equipamento básico	1.100.946,21	42.404,25	204,23	1.143.146,23
42.4	Equipamento de transporte	2.092.454,61	193.477,32	119.283,05	2.166.648,88
42.5	Ferramentas e utensílios	9.153,97	3.424,76		12.578,73
42.6	Equipamento administrativo	1.012.347,07	53.029,92	13,56	1.065.363,43
42.9	Outras imobilizações corpóreas	121.931,91	33.112,64		155.044,55
43	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	196.420,50	54.000,00		250.420,50
43.1	Despesas de instalação	196.420,50	54.000,00		250.420,50
44	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	9.464.141,37		5.580.291,10	10.341.231,03
44.2.2	Edifícios e outras construções	1.962.234,37	3.812.475,67	2.494.756,73	3.279.953,31
44.5	Bens de domínio Público	7.501.907,00	2.644.905,09	3.085.534,37	7.061.277,72
45	BENS DE DOMINIO PÚBLICO	28.510.170,78	3.853.619,06		31.692.392,30
45.1	Terrenos e recursos naturais	228.270,24	810.412,16		1.038.682,40
45.2	Edifícios	1.684,12			1.684,12
45.3	Outras construções e infra-estruturas	24.541.843,73	2.333.692,14	497.989,54	26.377.546,33
45.5	Bens de património, histórico artístico e nat.	436.609,24			436.609,24
45.9	Outros bens de domínio público	3.301.763,45	709.514,76	173.408,00	3.837.870,21
TOTAL		54.663.477,97	6.357.078,84	5.699.791,94	61.106.748,09

Os investimentos financeiros contabilizados dizem respeito à aquisição de participações sociais em empresas.

Amortizações

As amortizações efectuadas no ano de 2009, em regime de duodécimos, dando cumprimento ao artigo 35º da Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, pelas taxas vertidas no citado diploma, são as que se seguem:

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
48.2	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	3.522.605,48	452.391,37	119.283,37	3.855.713,48
48.2.2	Edifícios e outras construções	359.841,74	130.394,82		490.236,56
48.2.3	Equipamento básico	766.196,88	99.824,14		866.021,02
48.2.4	Equipamento de transporte	1.596.158,29	121.350,02	119.283,05	1.598.225,26
48.2.5	Ferramentas e utensílios	1.465,20	1.837,57		3.302,77
48.2.6	Equipamento administrativo	763.648,94	79.257,01	0,32	842.905,63
48.2.9	Outras imobilizações corpóreas	35.294,43	19.727,81		55.022,24
48.3	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	134.425,29	39.488,93		173.914,22
48.5	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	3.876.724,94	1.277.917,15	24.683,74	5.129.958,35
29	Provisões	281.380,80	160.051,73		441.432,53
TOTAL		7.815.136,51	1.929.849,18	143.967,11	9.601.018,58

8.2.13 - Imobilizações corpóreas em regime de locação financeira

São os seguintes os bens utilizados em regime de locação financeira:

N.º Contrato	LOCADORA	ACTIVO	VALOR CONTABILISTICO	VALOR EM DÍVIDA 01/01/09	AMORTIZAÇÃO	VALOR EM DÍVIDA 31/12/09
10001730	TOTTA - Credito Especializado	Autoc. 04-DE-17	61.710,00	35.928,71	15.639,91	20.288,80
350412	Caixa Leasing e Factoring (1)	Autoc. 64-HM-19	189.000,00	0,00	21.290,13	167.709,87
TOTAL			250.710,00	35.928,71	36.930,04	187.998,67

(1) Contrato celebrado em 26/05/2009

8.2.15 - Bens de domínio público que não são objecto de amortização

Com excepção dos terrenos, por não serem sujeitos a depreciação, todos os outros bens de domínio público relevados são amortizados.

8.2.16 - Entidades participadas

O montante de 425.486 euros, encontra-se evidenciado na rubrica do activo «Investimentos financeiros - partes de capital», e respeita às entregas feitas pela autarquia para a realização de capital social nas entidades abaixo referidas.

Firma e sede	Capital detido	Capital próprio	Resultado do exercício	
			Ano	Valor
E.H.A.T.B.	150.000,00	4.744.231,73	2008	339.140,05
R.E.S.A.T.	30.000,00	2.864.142,21	2008	-356.350,01
A.T.M.A.D.	216.576,00	25.708.586,66	2008	-6.232.263,36
VALPROF	13.750,00	25.000,00	2008	0,00
CCAM	15.110,00	16.474.080,00	2007	2.593.233,00
ARVORE	50,00	300.383,18	2008	1.464,65
TOTAL	425.486,00			

Até ao presente ainda não se efectuaram quaisquer ajustamentos nos montantes investidos, designadamente em função dos resultados registados.

8.2.22 - Dívidas de cobrança duvidosa

O valor contabilizado na conta «*Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa*» é de 162.200,73 €uros, dos quais estão provisionados 140.881,25 €uros.

8.2.23 - Dívidas de e ao pessoal

O valor das dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia é o seguinte:

Designação	2009
Outras operações com o pessoal	3.113,78

O valor em apreço diz respeito à devolução de descontos da CGA, para posterior entrega à segurança social.

Aguarda-se, e após pedido de informações e esclarecimentos à segurança social, qual a forma a proceder para entrega dos respectivos descontos, não tendo sido dado até ao momento qualquer esclarecimento por parte dos organismos competentes.

Os débitos ao pessoal respeitantes a férias e subsídio de férias de 2009 devidos para pagamento de 2010, no montante de

422.730,17 euros, encontram-se apresentados em balanço na rubrica de acréscimos e diferimentos.

8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança

Garantias e cauções prestadas por terceiros e recibos para cobrança

Código e designação das contas	Saldo da gerência anterior		Movimento anual		Saldo para a gerência seguinte	
	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
Garantias e cauções		622.207,19	298.265,53	228.717,43		552.659,09
Recibos para cobrança	139.528,79		94.618,38	71.946,44	162.200,73	
Total	139.528,79	622.207,19	392.883,91	300.663,87	162.200,73	552.659,09

Desagregação das garantias e cauções prestadas:

Fornecedores de imobilizado - 485.516,70

Outros credores:

Licenciamento sanitário - 2.092,14

Cauções de água - 58.732,75

Caução central de camionagem - 75,00

Caução mercado municipal - 677,50

Outras cauções prestadas (1) - 5.565,00

(1) Operações de loteamento e quiosque Av.ª 25 de Abril

Garantias e cauções prestadas a terceiros

Depositou o município à ordem do Tribunal Judicial de Valpaços, a quantia de 36.956,05 euros como garantia, respeitante a processos de expropriação de terrenos para a construção de rodovias.

8.2.27 - Movimentos de Provisões

Código	Designação das contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria				
291	Provisões para cobrança duvidosa	122.319,52	18.561,73		140.881,25
292	Provisões para riscos e encargos	159.061,28	141.490,00		300.551,28
39	Provisões para depreciação de existências				
49	Provisões para investimentos financeiros				

Optou-se por proceder às anulações e reforços por cobranças duvidosas de dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de 6

meses e cujo risco de incobrabilidade está perfeitamente identificado, excluindo os organismos públicos.

O montante dos ajustamentos de dívidas a receber é determinado de acordo com a seguinte percentagem:

- 50 % para dívidas em mora há mais de 6 meses e menos de 12 meses;
- 100 % Para dívidas em mora há mais de 12 meses.

Não foram constituídas provisões para dívidas em mora inferiores a seis meses, nem as devidas pelo Estado, ou cobertas por garantia, seguro ou caução.

Foram constituídas provisões para riscos e encargos, decorrentes de processos litigiosos que contra o município de Valpaços incorrem, nomeadamente em expropriações de terrenos.

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	224,22	693.084,86
Compras	118.999,59	675.313,85
Regularizações de existências	0,00	0,00
Existências finais	238,80	801.209,77
Custos do exercício	118.985,01	567.188,94

As mercadorias consumidas dizem respeito essencialmente à água que a Câmara Municipal adquire à ATAMD - *Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro*, injectando esta na rede pública as quantidades contratadas, que em conjunto com a água produzida pela própria autarquia é vendida aos clientes com contratos de água.

8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2009	2008		2009	2008
681 - Juros suportados	291.636,68	437.871,63	781 - Juros obtidos	9.272,63	29.082,88
682 - Perdas em entidades participadas			782 - Ganhos em entidades participadas		
683 - Amortizações de investimentos em imóveis			783 - Rendimentos de imóveis	165.008,02	699.425,28
684 - Provisões para aplicações financeiras			784 - Rendimentos de particip. de capital	612.557,32	9.173,03
685 - Diferenças de câmbio desfavoráveis			785 - Diferenças de câmbio favoráveis		
687 - Perdas na alienação de apli. de tesouraria			786 - Desc. de pronto pagamento obtidos		
688 - Outros custos e perdas financeiros	5.126,23	988,91	787 - Ganhos na alienação aplic. tesouraria		
Resultados financeiros	503.889,88	298.820,65	788 - Outros prov. E ganhos financeiros	13.814,82	
Total...	800.652,79	737.681,19	Total...	800.652,79	737.681,19

8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2009	2008		2009	2008
691- Transferências de capital concedidas	771.609,36	354.254,74	791 - Restituição de impostos		
692 - Dívidas incobráveis			792 - Recuperação de dívidas		
693 - Perdas em existências			793 - Ganhos em existências		
694 - Perdas em imobilizações		0,00	794 - Ganhos em imobilizações	26.670,25	35.398,86
695 - Multas e penalidades	24,00	1.575,00	795 - Benefícios penal. contratuais	10.618,03	7.336,89
696 - Aumentos e amrt. Provisões		14.978,23	796 - Reduções amort. Provisões		
697 - Correções rel. Exerc. Anteriores	195.814,32	305.469,75	797 - Correções rel. Exerc. Anteriores	76.595,32	93.478,26
698 - Outros custos e perdas extraordinárias	40.695,53	4.801,01	798 - Outros prov. Ganhos extraordinários	557.265,35	464.942,26
Resultados extraordinários	-336.994,26	-79.922,46			
Total...	671.148,95	601.156,27	Total...	671.148,95	601.156,27

8.2.33 - Outras informações relevantes sobre as demonstrações financeiras

Acréscimos e diferimentos

Com base no princípio contabilístico da especialização (ou do acréscimo), os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitam.

Decomposição dos saldos evidenciados no balanço em 31 de Dezembro:

Acréscimo de proveitos

DESCRIÇÃO	VALOR
APROVEITAMENTO HIDRÁULICO DO RIO ALVADIA	59.936,80
CONTRATO EMPREGO INSERÇÃO	24.147,07
E. PROF. QUALIF. EMPREGO	6.336,70
CEI +N.º 001/09	24.147,07
JUROS COMPENSATÓRIOS	475,84
IMPOSTOS-DEZEMBRO	4.462,29
IMPOSTOS-DEZEMBRO	8.969,77
IMPOSTOS-DEZEMBRO	13.661,04
JUROS CREDITORES D/O	2,61
JUROS CREDITORES D/O	37,25
TARIFA DISPONIBILIDADE-DEZEMBRO	32.136,72
TAXA RECOLHA LIXO-DEZEMBRO	17.915,10
TAXA DE CONSERVAÇÃO SANEAMENTO-DEZEMBRO	9.015,63
VENDA DE ÁGUA-DEZEMBRO	28.713,88
TOTAL	229.957,77

Custos diferidos

Quanto aos Custos diferidos, constata-se que os mesmos resultam de montantes que efectivamente dizem respeito a exercícios posteriores, muito embora a despesa tenha ocorrido nesta gerência.

Natureza	Valor
Resultam de seguros que foram liquidados no Exercício de 2009, mas que parte do seu custo é de 2010	29.155,27
Contratos de manutenção - Informática	105,28
Contratos de manutenção - Software	866,14
Juro a pagar em 2009 e anos seguintes	206.272,18
TOTAL	236.398,87

Acréscimos de Custos

Natureza	Valor
Imposto sobre o rendimento IRC retido	7,97
Juros pagos em 2010 cujo custo diz respeito a 2009	9.151,14
Seguros acidente de trabalho	86,68
Encargos de cobrança de receita	689,21
Restituições - IMI	235,69
Seguros	5,00
Prestações sociais	172,00
Publicidade	750,00
Comunicações	1.834,36
Outros fornecimentos e serviços externos	23.139,62
Trabalhos especializados	59.306,24
Rendas e alugueres	756,00
Electricidade - Iluminação Pública	24.695,15
Electricidade - Estação elevatória	12.054,30
Electricidade - Instalações	15.015,54
Serviços bancários	3,42
Restituições	235,69
Artigos para oferta	1.332,61
CGA - Encargos da entidade	21.887,70
Juros de Mora	7.825,82
TOTAL	179.184,14

Proveitos diferidos

No que concerne a Proveitos Diferidos, é justificado pelo registo de Transferências de investimentos provenientes, nomeadamente dos fundos comunitários e protocolos celebrados.

Como ainda não foram incluídos no activo imobilizado todos os bens pertença da autarquia, não foram igualmente contabilizados como proveitos do exercício os valores recebidos para os seus financiamentos, só sendo contabilizados em proveitos os valores

recebidos em função da respectiva taxa de depreciação dos imobilizados.

Aos proveitos acumulados foi, em sede de regularização de exercício, contabilizada a verba de 502.929,37 €uros, relativa a amortização de proveitos, na percentagem do montante amortizado do correspondente activo (imobilizado) objecto de financiamento.

Saldo Inicial	Reforço	Anulação	Saldo Final
177.051,45	1.264,19	4.444,13	173.871,51
546.870,00	0,00	0,00	546.870,00
10.284.064,52	4.378.656,64	498.485,24	14.164.235,92
10.461.115,97	4.379.920,83	502.929,37	14.884.977,43

Indicadores do Balanço

Indicadores do Balanço	2009
Estrutura do Activo	
Activo fixo/ Activo Total	90,64
Activo circulante/ Activo Total	8,55
Estrutura do Passivo	
Passivo longo prazo / Passivo total	21,40
Passivo curto prazo / Passivo total	29,65
Passivo longo prazo / Passivo curto prazo	72,17
Estrutura do equilíbrio financeiro	
Endividamento = Capitais alheios / Fundos próprios	65,90
Endividamento a longo prazo = Capitais alheios de longo prazo / Fundos próprios	27,62
Liquidez geral = Activo circulante / passivo a curto prazo	52,64
Liquidez imediata = Disponibilidades / Exigível a curto prazo	9,49

Embora estes indicadores sejam usualmente utilizados como determinantes para apreciação da capacidade de endividamento e possam ser sinais da forma como evolui a situação financeira da autarquia, não podem efectivamente ser lidos como medida da capacidade de endividamento da autarquia. Os recursos próprios da autarquia dificilmente serão garantia de endividamento perante terceiros, pois os bens que sustentam não podem, em grande parte, ser hipotecados nem alienados, visto tratar-se de bens de domínio público ou bens privados do município necessário à prestação de utilidades públicas.

O activo fixo continua a ser representativo em relação ao total do activo e o passivo de curto prazo representa 28 % do total do passivo.